



LA PRÁCTICA EDUCATIVA

HISTORIA, MEMORIA Y PATRIMONIO

SARA GONZÁLEZ, JURI MEDA, XAVIER MOTILLA
Y LUIGIAURELIO POMANTE (EDS.)

Edita

FahrenHouse
Valle Inclán, 31
37193. Cabrerizos (Salamanca, España)
www.fahrenhouse.com

© De la presente edición:

FahrenHouse
y los autores

Reservados todos los derechos. Ni la totalidad ni parte de este libro puede reproducirse ni transmitirse sin permiso de FahrenHouse, salvo para usos docentes o no comerciales.

ISBN (PDF): 978-84-948270-6-8

Título de la obra

La Práctica Educativa. Historia, Memoria y Patrimonio

Autores de la obra

Sara González, Juri Meda, Xavier Motilla y Luigiaurelio Pomante (Eds.)

Diseño y composición

Iván Pérez Miranda

Cómo referenciar esta obra

González, S., Meda, J. Motilla, X. y Pomante, L. (Eds.). (2018). *La Práctica Educativa. Historia, Memoria y Patrimonio*. Salamanca: FahrenHouse.

Materia IBIC

JN- Educación Pedagogía

Fecha de publicación: 05-10-2018

Comité Organizador

Gabriel Barceló (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Marta Brunelli (CESCO – Università degli Studi di Macerata), Pere Capellà (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Pere Fullana (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Llorenç Gelabert (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Sara González (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Juri Meda (CESCO – Università degli Studi di Macerata), Avelina Miquel (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Xavier Motilla (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Luigiaurelio Pomante (CESCO – Università degli Studi di Macerata)

Comité Científico

Carmen Agulló (Universitat de València; SHE-IEC), Anna Ascenzi (CESCO – Università degli Studi di Macerata; SIPSE), Alberto Barausse (Università degli Studi del Molise), Marta Brunelli (CESCO – Università degli Studi di Macerata), Antonella Cagnolati (Università degli Studi di Foggia), Maria Helena Camara Bastos (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Delphine Campagnolle (MUNAÉ – Musée National de l'Éducation), Pierre Caspard (ex-INRP – Institut National de Recherche Pédagogique), Antoni J. Colom (Universitat de les Illes Balears; Institut d'Estudis Catalans), Francisca Comas (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Jean-François Condette (Université d'Artois), Carmela Covato (Università degli Studi Roma Tre; SIPSE), Paulí Davila (Euskal Herriko Unibertsitatearen Hezkuntzaren Museoa), Patricia Delgado (Universidad de Sevilla; SEDHE), Agustín Escolano (Centro Internacional de la Cultura Escolar), Marguerite Figeac-Monthus (Université de Bordeaux), António Gomes Alves Ferreira (Universidade de Coimbra; HISTEDUP), Vera Lucia Gaspar da Silva (Universidade do Estado de Santa Catarina), Carla Ghizzoni (Università Cattolica del Sacro Cuore di Milano; CIRSE), Antonis Hourdakis (University of Crete; GSEH), Panagiotis Kimourtzis (University of the Aegean; GSEH), Alejandro Mayordomo (Universitat de València; SEPHE), Juri Meda (CESCO – Università degli Studi di Macerata), Maria Cristina Menezes (Universidade Estadual de Campinas; RIDPHE), Pedro Luis Moreno (MUVHE – Universidad de Murcia; SEPHE), Maria Cristina Morandini (Università degli Studi di Torino), Gabriela Ossenbach (Universidad Nacional de Educación a Distancia), Eugenio Otero (Universidade de Santiago de Compostela; SEDHE), Tiziana Pironi (Università degli Studi di Bologna; CIRSE), Luigiaurelio Pomante (Università degli Studi di Macerata), Maria del Mar del Pozo (Universidad de Alcalá de Henares), Roberto Sani (CESCO – Università degli Studi di Macerata), Joan Soler (Universitat de Vic – Universitat Central de Catalunya; SHE-IEC), Bernat Sureda (GEDHE – Universitat de les Illes Balears), Antonio Viñao (MUVHE – Universidad de Murcia)

Organizado por:

Grup d'Estudis d'Història de l'Educació de la Universitat de les Illes Balears



Universitat
de les Illes Balears

Grup d'Estudis
d'Història
de l'Educació

Centro di documentazione e ricerca sulla storia del libro scolastico e della letteratura per l'infanzia della Università degli Studi di Macerata (CESCO-UniMC)



unimc

Sociedad Española para el estudio del Patrimonio Histórico-Educativo (SEPHE)

sephe
Sociedad Española para el Estudio
del Patrimonio Histórico-Educativo

Società Italiana per lo studio del Patrimonio Storico-Educativo (SIPSE)

SIPSE
SOCIETÀ ITALIANA
PER LO STUDIO DEL
PATRIMONIO
STORICO-EDUCATIVO

Con la colaboración de:

Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (MCIU), Agencia Estatal de Investigación (AEI) y Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER, UE). EDU2017-82485-P



MINISTERIO
DE CIENCIA, INNOVACIÓN
Y UNIVERSIDADES



AGENCIA
ESTATAL DE
INVESTIGACIÓN



EUROPEAN UNION

EUROPEAN REGIONAL
DEVELOPMENT FUND

"A way to make Europe"

Departament de Pedagogia i didàctiques específiques,
Universitat de les Illes Balears (UIB)



Universitat
de les Illes Balears

Departament
de Pedagogia
i Didàctiques Específiques

Dipartimento di Scienze della Formazione, dei Beni Culturali e del Turismo, Università degli Studi di Macerata (UniMC)



unimc

Facultat d'Educació, Universitat de les Illes Balears (UIB)



Universitat
de les Illes Balears

Facultat
d'Educació

Institut de Recerca i Innovació Educativa (IRIE. UIB-GOIB)



Irie

Institut de Recerca
i Innovació Educativa

UIB - GOIB

Arxiu i Museu de l'Educació de les Illes Balears



Ajuntament d'Inca



Ajuntament d'Inca

Museo della scuola «Paolo e Ornella Ricca»



/ CENTRO DI DOCUMENTAZIONE E RICERCA
SULLA STORIA DEL LIBRO SCOLASTICO
E DELLA LETTERATURA PER L'INFANZIA
/ MUSEO DELLA SCUOLA
"PAOLO E ORNELLA RICCA"

Departament de Cultura, Patrimoni i Esports, Consell de Mallorca



Departament de
Cultura, Patrimoni i Esports
Consell de Mallorca

Red Iberoamericana para la Investigación y la Difusión del Patrimonio Histórico-Educativo (RIDPHE)



Página intencionadamente en blanco.

A INOVAÇÃO NA MEMÓRIA DAS CASAS DA CRIANÇA NA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL*

Rooney Figueiredo Pinto

GRUPOEDE, CEIS20, Universidade de Coimbra
Email: rooneypinto@uc.pt

António Gomes Ferreira

FPCEUC / GRUPOEDE, CEIS20, Universidade de Coimbra
Email: antonio@fpce.uc.pt

Luís Mota

ESE, IPC / GRUPOEDE, CEIS20, Universidade de Coimbra
Email: mudamseostempos@gmail.com

RESUMO: As Casas da Criança compunham a Obra Social iniciada pelo médico Bissaya Barreto, numa altura em que os índices de pobreza, analfabetismo e mortalidade infantil eram demasiados altos em Portugal. Do ponto de vista educativo e social, aproximavam-se de ações internacionais como *La Maison de l'Enfance* na França e *Casas dei Bambini* em Itália. Como parte de uma investigação em desenvolvimento, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o caráter inovador das Casas da Criança, suas dinâmicas educativas e de assistência à infância e à família. Propomos reflexões às seguintes perguntas: O que nos diz os documentos sobre o funcionamento e o papel educativo e social das Casas da Criança? Existia inovação? Que tipo? Adotamos uma metodologia qualitativa quanto aos métodos e explicativa quanto aos objetivos, com análise documental dos registos/relatórios de internados e relatórios de estágio (1950-1960). A análise dos documentos permite-nos verificar o funcionamento da Casa da Criança, o fluxo de crianças, a situação económico/social e a literacia das famílias assistidas. O aspecto inovador revela-se, sobretudo, na forma como acolhem as crianças carenciadas, na assistência e ações educativas de inspiração Montessoriana. A

* Este trabalho é parte de uma investigação em desenvolvimento no âmbito do Projeto INOVAR – Roteiros da inovação pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX - FCT (PTDC/MHC-CED/0893/2014)

socialização é feita num ambiente rico em jardins, higiênico e saudável, com enfoque na criança nos moldes Escola Novistas. Nossa fundamentação teórica apoia-se, sobretudo, em Barreto Rosa (1970), Cambi (1999), Gomes Ferreira & Mota (2012), Pais de Sousa (1999), Tavares Nogueira (2015).

PALAVRAS-CHAVE: Casas da Criança; Obra Social Bissaya Barreto; Inovação; Educação.

1. Introdução

As Casas da Criança estão inseridas na autodenominada Obra Social do médico e político Bissaya Barreto, durante o período em esteve à frente da Junta Distrital de Coimbra em pleno Estado Novo. Sua aproximação ao regime, sua habilidade política e amizade com Oliveira Salazar permitiram-lhe abertura para desenvolver uma das mais extensas e bem-sucedidas obras assistenciais em Portugal. Partindo de um conjunto de ações voltadas ao combate à tuberculose, com campanhas de profilaxia e construção de espaços de quarentena e tratamento, expandiu sua zona de ação com obras voltadas à proteção da grávida e da criança. As Casas da Criança seguiam a vanguarda europeia nas políticas de puericultura, socialização da criança e preocupação com a infância. Não eram escolas, eram espaços de proteção e educação que recebiam em regime de internamento ou semi-internamento. Assistiam a criança, acompanhavam a família e promoviam a imagem do Estado.

Nossa abordagem parte de uma contextualização geral acerca da infância nos séculos que antecedem o Estado Novo, apresentando pontos de conexão ou de repetição de cenários, apontados no tópico «desafios à infância na memória de tempos distintos». No segundo tópico «As Casas da Criança e a Obra Social de Bissaya Barreto na Região Centro» apresentamos, em breves palavras, um panorama geral das Casas da Criança inseridas no conjunto da Obra Social. Este tópico permite contemplar a extensão da ação levada à frente por Bissaya Barreto, nomeadamente na assistência à criança. Se por um lado as Casas da Criança se assemelhavam a modelos escola novistas que estavam em desenvolvimento em outros países, refletindo um cenário internacional de repensar a educação e socialização das crianças. Por outro, era uma obra que se inseria nas políticas sociais do regime Salazarista, contrariando princípios montessorianos e aproximando-se mais um pouco das ideologias dos regimes totalitários. Ainda assim, não se pode ignorar o papel social e assistencialista das Casas da Criança num tempo em que eram significativos os índices de pobreza, analfabetismo e problemas sociais.

2. Desafios à infância na memória de tempos distintos

A preocupação com a infância associada à educação sob responsabilidade dos pais e da escola já se destacava no século XVII. O padre provincial e jesuíta Alexandre de Gusmão, publicou em 1685 um manual de boas práticas para pais e mestres, os quais deveriam zelar pelas crianças e sua boa educação. Intitulou seu Tratado por «Arte de crear bem os Filhos na idade da Puericia» e nele expôs um conjunto de exemplos que resgata à Filosofia, à História e à Teologia. A obra reflete a vocação pedagógica da Companhia de Jesus e o contexto pós Concílio de Trento, em cujas reformas a infância e a família destacam-se como perentório nos discursos religiosos (Ripe & Dillmann, 2017). Embora o enquadramento temporal de nossa investigação não esteja associado ao século XVII, podemos nos servir de alguns pontos para explicitar semelhanças que se distanciam no tempo e se aproximam no discurso. O padre Alexandre Gusmão reflete o pensamento do Antigo Regime (século XVI-XVIII), nomeadamente na «domesticidade», educação de cunho religioso e apelo à responsabilidade dos pais, nomeadamente das mães, sobre sua progenitura (Gomes Ferreira, 2000, p. 20). Três séculos depois, em agosto de 1936, o Estado Novo publica o Decreto-Lei nº 26.893 que institui a «Obra das Mães pela Educação Nacional» (OMEN), «com o objetivo de estimular a acção educativa da família» (João Martins, 2014, 152).

Verifica-se que o interesse pela infância se insere em pelo menos três esferas sociais, a família a escola e a vida em sociedade, uma realidade que não surge durante o Estado Novo e tão pouco se encerra nela. Em cada uma dessas esferas o olhar sobre a infância reflete a cultura e os valores de seu tempo, ainda que possamos verificar um transladar de realidades sociais. Na família do Antigo Regime (sécs. XVI-XVIII), a meninice e a mocidade evidenciam a distinção entre infância e adolescência, talvez porque ao atingir a adolescência se vencia o alto índice de mortalidade infantil. (Guimarães Sá, 2011, 73) O número de óbitos de crianças era significativamente ainda nos finais do século XIX. Em 1890 em Portugal, assim como em outros países da Europa, o número de óbitos era de 235 em cada mil crianças, um índice que atingia especialmente os mais pobres. (Halpern Pereira, 1969, 100) Se já no Antigo Regime «A miséria e/ou a ilegitimidade punham a criança à beira do abismo (Gomes Ferreira, Gerar, criar, educar. A criança no Portugal do Antigo Regime, 2000, 298), durante os primeiros anos do Estado Novo a situação não se apresenta muito diferente. Nos anos de 1950 Portugal possui um alto índice de natalidade combinado com uma elevada taxa de mortalidade

infantil, um retrato um pouco caricato e simplista em tempos de «ideologia natalista» e «celebração da família numerosa» que estava presente na política Salazarista (Nunes de Almeida, 2011).

Quer seja no passado mais distante (Antigo Regime) ou mais próximo (Estado Novo), os olhares sobre a infância refletem seu tempo e contexto. Quando Salazar assume a pasta do Ministério das Finanças, em 1928, (Nunes de Almeida, 2011, 81) Portugal era um país essencialmente ruralizado, com uma elevada taxa de analfabetismo e índice de pobreza. Soma-se a este contexto o cenário externo da crise de 1929, que acentuou o desemprego e a desigualdade social, com aumento da exposição das crianças ao risco de mendicância. (Luís Cardoso, 2012, 384) Se as políticas voltadas à educação e à família tinham um impacto social sobre a infância, o contexto apresentava-se como um terreno fértil à ação do Estado. A infância torna-se numa vertente social do regime, ainda que por vias tortas, Portugal e seu olhar para a infância navega nas ondas seu tempo. Em 1924 é enunciada em Genebra a Declaração dos Direitos da Criança pela Assembleia da Liga das Nações, e em 1959 a Declaração dos Direitos da Criança, pela Assembleia das Nações Unidas. É neste cenário, no limiar do século XX e seus contextos, que surge a Obra Social de Bissaya Barreto e seu olhar sobre a infância em Portugal, com particular interesse para este trabalho as Casas da Criança.

3. As Casas da Criança e a Obra Social de Bissaya Barreto na Região Centro

Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa (1886-1974) foi médico, cirurgião e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Sua trajetória académica confunde-se com sua biografia ideológica e política em pleno contexto de profundas mudanças políticas e sociais em Portugal. Os ventos políticos que sacudiram o país em 1927 permitiram a aproximação do republicano Bissaya Barreto ao regime que se instalaria no país e abriria a janela de oportunidade para que se desenvolvesse uma obra singular de ação educativa e social. Em março de 1927, integra a comissão administrativa da Junta Geral do Distrito de Coimbra (Pais de Sousa, 1999, 120). Importa destacar que esta posição oferecia um campo de ação privilegiado para o jovem médico, político e professor universitário. Nascido na vila de Castanheira de Pera, no Distrito de Leiria (Região Centro) na Província da Beira Litoral, Bissaya Barreto compreendia bem a importância geopolítica

da Região Centro de Portugal, e sua Junta Distrital situada em Coimbra. O Distrito de Coimbra está situado na região centro de Portugal, compondo a histórica província da Beira Litoral. O recenseamento de 12 de Dezembro de 1940, destaca que a divisão administrativa de Coimbra contemplava 17 concelhos distribuídos em quase 4.000 quilómetros quadrados de superfície e uma população residente de 415.827, num total de 106.692 famílias (INE, 1944).

Entre 1927 e 1928 avança com uma reorganização da ação antituberculosa e inauguração do Dispensário Central Antituberculoso, além da aprovação de um orçamento que incluía subsídios para diversas instituições de educação e saúde. A ação de combate à tuberculose em Portugal avançou em poucos anos com o Dispensário Central de Coimbra, Hospital-Sanatório da Colónia Portuguesa no Brasil, Hospital Sanatório Infantil, Hospital de Tuberculose Cirúrgica, Obra de Grancher, Preventório de Penacova, Preventório Ar Alto, Colónias de Férias de Altitude, Colónia de Férias Dr. Oliveira Salazar (Figueira da Foz) (Barreto Rosa, 1970, 14). Sob a liderança de Bissaya Barreto a ação social da Junta Geral Distrital avança nos anos seguintes com a Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC), contemplando uma ampla ação de assistência à infância e à maternidade em Portugal. O Ninho dos Pequenitos, o Preventório, a Escola Profissional e as Colónias de Férias compunham, juntamente com as Casas da Criança, uma iniciativa ímpar no cenário nacional, que Bissaya Barreto coloca sobre a direção de «um grupo de francesas da Congregação Franciscanas Missionárias de Maria, portadoras de formação e qualificação no âmbito da assistência social» (Gomes Ferreira & Mota, 2012, 440).

Embora o conjunto da obra estivesse sob a coordenação final da Junta Distrital, em cada unidade da Casa da Criança uma Assistente Social ou Regente era responsável pelo recebimento, registo e acompanhamento das crianças que se encontravam em situação de internamento ou semi-internamento. Para preparar as profissionais que zelariam pela infância foi criada em Coimbra a Escola Normal Social (ENS), a qual entre 1937 e 1956 prestou formação à Assistentes Sociais e Enfermeiras Visitadoras de Infância para os diversos estabelecimentos de assistência e educação infantil no país (Tavares Nogueira, 2015, 177). No discurso de inauguração do Instituto Maternal, em abril de 1963, Bissaya Barreto aponta o balanço da obra social e refere a Casas da Criança «Rainha Santa Isabel» (Santa Clara, Coimbra), Casa da Criança «D. Joana do Avelar» (Loreto), Casa da Criança «D. Filipa de Vilhena» (Olivais), Casa da Criança «Infanta D. Maria» (Figueira da Foz), Casa

da Criança de Vila Nova de Ourém, Casa da Criança do Luso, Casa da Criança do Salreu, Casa da Criança «Rainha D. Leonor» (Castanheira de Pera) e Casa da Criança de Arganil (em construção).

Do ponto de vista educativo e social, aproximavam-se de ações internacionais como *La Maison de l'Enfance* na França e *Casas dei Bambini* em Itália, cujas origens assentam numa combinação da evolução do olhar sobre a infância e uma visão pedagógica. É neste espaço teórico que se destacam mestres teóricos como o pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952), o médico belga Ovide Decroly (1871-1932), o pensador genebrino Adolphe Ferrière (1879-1961) e a pedagoga italiana Maria Montessori (1870-1952), vozes da inovação da pedagogia e do olhar para a infância. O Movimento Escola Novista combinava Sociologia e Psicologia numa abordagem da educação com profundos impactos na Pedagogia Ocidental, centrando seu discurso no puericentrismo (papel ativo da criança em seu processo educativo), valorização do fazer, motivação, estudo do ambiente, socialização e antiautoritarismo (Cambi, 1999, 525-527).

Construídas a partir do projeto do arquiteto Luís Benavente, ou ainda adaptadas em edifícios cedidos, tinham suas obras de construção/adaptação/reparo financiadas através de doações de terrenos, edifícios ou mesmo dinheiro, por parte de instituições (misericórdias, municípios) ou beneméritos particulares (Tavares Nogueira, 2015, 172). Do ponto de vista pedagógico, alinhavam-se aos modelos escola novistas, por mais paradoxal que seja o seu contexto político. Em pleno regime totalitário do Estado Novo, a obra social de Bissaya Barreto estava ao serviço dos objetivos sociais e humanitários da Junta Distrital ao mesmo tempo em que atendia aos objetivos ideológicos de um Estado totalitário. Enquanto prestava assistência às crianças, o Estado cobrava aos pais o cumprimento de seu dever progenitor de educar as crianças no respeito a Deus, à Pátria e à Família, numa trilogia ideológica que se repetia na escola do Estado Novo. Entre a ação de assistência à família e à infância e o encaixe numa pedagogia de vanguarda, há vazios ainda por responder.

4. A inovação na memória das Casas da Criança

Nossa reflexão teve como fonte documental os registos/relatórios de internados e relatórios de estágio (1950-1961) existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, produzidos pela Junta Geral do Distrito de

Coimbra. De um universo de 25 caixas com documentos e três livros de registos, do Inventário da Assembleia Distrital de Coimbra, consideramos como elegíveis para nossa reflexão apenas 5 caixas, das quais 4 referem-se ao Cadastro de Internados (1950-1961) e 2 livros dos «Processos de Admissão de Internados», nomeadamente, «Em estabelecimentos a cargo da Junta da Província da Beira Litoral». Para além destes documentos, também foi utilizada como fonte primária o primeiro volume da coleção «Uma Obra Social realizada em Coimbra, de autoria do próprio Bissaya Barreto e o livro/catálogo da exposição «Bissaya Barreto (1886-1974). Percorrer uma vida e uma obra», realizada pelo Arquivo da Universidade de Coimbra e Fundação Bissaya Barreto em 2014. Justifica-se esta seleção pelo facto de que apenas neste conjunto de documentos constavam as informações de interesse aos objetivos deste trabalho, adotando a Regra da Pertinência, uma vez que os documentos retidos são adequados enquanto fonte de informação e correspondem aos objetivos que suscita a análise (Bardin, 2011, 124). Adotamos uma metodologia qualitativa na análise dos registos/relatórios de internados e relatórios de estágio (1950-1960). Nosso principal objetivo consiste em refletir sobre o caráter inovador das Casas da Criança, suas dinâmicas educativas e de assistência à infância e à família. Para este fim, propomos algumas reflexões em torno das seguintes perguntas: O que nos diz os documentos sobre o funcionamento e o papel educativo e social das Casas da Criança? Existia inovação? Que tipo?

A análise dos documentos permitiu-nos verificar que as Casas da Criança funcionavam em regime de internamento e semi-internamento, com um fluxo contínuo de crianças. Pelo que verificamos até o momento, há pelo menos três procedimentos que completavam o registo da criança na Casa: Cadastro de Internados; Caracterização Económico-Social em formulário da Junta de Província da Beira Litoral; Livro de Registo. Segundo uma circular assinada pelo próprio Bissaya Barreto, eram documentos essenciais à boa organização dos processos: Requerimento à Junta de Providência, pelo pai ou mãe do menor, pedindo o internamento; Certidão de Nascimento; Declaração do requerente assumindo a responsabilidade de retirar o menor quando a Junta o intimasse para tal; Atestado de pobreza dos pais. (Circular de 21.07.1948, AUC-AD, cx445) Nestes documentos foi possível constatar que a situação económico/social e a literacia das famílias assistidas era quase sempre precária. Este aspeto é repetidamente apresentado como principal justificativa à entrada da criança, bem como os riscos que a criança corria na rua, a necessidade de deixar livre a mãe para que esta ajude o marido

no «amanho da terra». Do ponto de vista moral e social, o comportamento religioso era um tema que contava favoravelmente, como podemos ver neste excerto: «São casados pela igreja, católicos praticantes e os filhos são batizados» (JPBL-RF31).

Quanto ao papel educativo e social, os documentos refletem bem as palavras do próprio Bissaya Barreto, ao afirmar que as Casas da Criança eram dirigidas por puericulturas visitadoras de infância, com preparo e apetrecho para as funções, para «abrir o espírito e o coração da criança e não a ensinar a ler e sobrecarregar o seu cérebro infantil», pois a Casa da Criança era «um externato que não rouba aos filhos os deveres das mães» (Barreto Rosa, 1970, 180). Neste ponto, podemos mesmo aproximar as Casas da Criança das lógicas de assistência francesa à família e à infância como *L'organisation de la protection maternelle en Meurthe-et-Moselle* e as *maisons d'enfants* (Dessertine, 2006, 252). Estas observações levantam mais questões que respostas, pois nos leva a questionar até que ponto as Casas da Criança eram inovadoras, ou mesmo, até que ponto seguiam tendências inovadoras. No que refere à formação de profissionais capazes para o exercício de funções nas Casas, a ação da Obra Social inova ao introduzir as missionárias francesas em 1936, criar a ENS em 1937 e em 1945 contar com 45 enfermeiras puericultoras visitadoras de infância e 22 assistentes sociais formadas na ENS que assumiam funções de regente ou assistente social (Pedro Paiva, et al., 2013, 73), impulsionando o desenvolvimento desta atividade na região centro. Outro aspeto inovador, nomeadamente para o contexto português, se revela na forma como acolhem as crianças carenciadas, na assistência e ações educativas de inspiração montessoriana (particularmente na constituição dos espaços), permitindo a socialização das crianças num ambiente rico em jardins, higiênico e saudável, com enfoque moldes escola novistas. Contudo, somente com entrevistas a puericulturas que trabalharam nestes espaços é que teremos condições plenas de completar essa afirmação.

Permanem em aberto, ao menos por enquanto, algumas questões que esperamos conseguir melhor responder com a continuação da investigação. Em todo o caso, as Casas da Criança representam um marco ímpar na história da assistência à infância em Portugal, sendo um tema que abre muitas possibilidades de investigação no âmbito da História da Educação, da criança e da infância em Portugal.

5. Fontes Documentais

Inventário de Séries – Cadastro de Internados: 1950-1959 (cx) Dep II-AD/D/Est 17/Tab 2/61; 1950-1960 (cx) Dep II-AD/D/Est 17/Tab 2/62; 1950-1960 (cx) Dep II-AD/D/Est 17/Tab 2/63 (inclui os de Castanheira de Pêra); 1950-1961 (cx) Dep II-AD/D/Est 17/Tab 2/64

Livros de Processos de Admissão de Internados em estabelecimentos a cargo da Junta da Província da Beira Litoral: 1944-1946 – Cota: Dep II-AD/D/Est 17/Tab 2/542; 1948-1960 – Cota: Dep II-AD/D/Est 17/Tab 2/543

Arquivo Distrital, Caixa 445, Circular de 21 de Julho de 1948 para os estabelecimentos da Junta de Província da Beira Litoral: Semide, Ninho, Penacova, Aveiro, Leiria, Salreu, Ourém, Santa Clara, Loreto, Castanheira de Pera, Sever do Vouga, Olivais e Figueira da Foz.

6. Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. [L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trans.] Lisboa, Edições 70, 2011.

BARRETO ROSA, F. B. (1970-1971) – *Uma Obra Social realizada em Coimbra* (Vol. 1), Coimbra, Coimbra Editora, 1970.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*, [A. Lorencini, Trad.] São Paulo, Editora UNESP, 1999.

DESSERTINE, Dominique. «Enfance et politiques sociales». *Revue française des affaires sociales*, IV (2006), 245-271. URL: <https://www.cairn.info/revue-francaise-des-affaires-sociales-2006-4-page-245.htm>, [último acesso: 11/06/2018].

GOMES FERREIRA, António. *Gerar, criar, educar. A criança no Portugal do Antigo Regime*, Coimbra, Quarteto, 2000.

GOMES FERREIRA, António; MOTA, Luís. «Memória e História. Das fontes documentais aos testemunhos orais no Projeto das Casas da Criança (1938-1965)», *III Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico - V Jornadas Científicas de la SEPHE*, Múrcia, Espanha; SEPHE; CEME, 2012, 435-451. URL: <http://congresos.um.es/fimupesepehe/fimupesepehe2012/paper/viewFile/15191/12161>, [último acesso: 11/06/2018].

GUIMARÃES SÁ, Isabel dos. As crianças e as idades da vida. MATTOSO, José (Direção), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Porto, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, 72-95.

- HALPERN PEREIRA, Miriam. «Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX», *Análise Social*, XXV-XXVI, 1969, 85-117. URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253615P4nSE7oy4Nu53FD1.pdf>, [último acesso: 11/06/2018].
- INE. (1944). *Volume VII - Distrito de Coimbra*. URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=72385318&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2, [último acesso: 11/06/2018].
- JOÃO MARTINS, Maria. *História da criança em Portugal*, Lisboa, Parsifal, 2014.
- LUÍS CARDOSO, José. «Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções», *Análise Social*, CCIII/47-2º (2012), 370-400. URL: <https://core.ac.uk/download/pdf/12426463.pdf> [último acesso: 11/06/2018].
- MALVA NOVAIS, Noémia. «A ascensão de Salazar e a imprensa». CORDEIRO, C., *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*, Coimbra; Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2011, 75-91.
- NUNES DE ALMEIDA, Ana. «Os mundos da infância: olhares, espaços e personagens». MATTOSO, José. (Direção), & NUNES de ALMEIDA, Ana (Coordenação), *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, Porto, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, 142-173.
- PAIS DE SOUSA, Jorge. *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999.
- PEDRO PAIVA, José & VIEGAS NASCIMENTO, Patrícia (Coord. Científica); MARTINS, ALCINA, et al. (Textos). *Bissaya Barreto (1886-1974). Percorrer uma vida e uma obra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra; Fundação Bissaya Barreto, 2013.
- RIPE, Fernando Cezar; DILLMANN, Mauro. «Do cuidado, que devem ter os pais dos mininos defuntos: preservação da infância e conselhos espirituais do Padre Jesuíta Alexandre de Gusmão», século 17. *História da Educação*, XXI/51 (2017), 271-295. URL: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592017000100271&script=sci_abstract&tlng=pt [último acesso: 11/06/2018].
- TAVARES NOGUEIRA, Cristina Luísa. «A Obra Social de Bissaya Barreto: investigação e fontes em torno da Criança (1927-1974)», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXVIII, 2015, 167-190. URL: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/obra_social_de_bissaya_barreto_investigacao_e_fontes_em_torno_da_crianca_1927_1974 [último acesso: 11/06/2018].

Página intencionadamente en blanco.

OTHER PUBLICATIONS OF FAHRENHOUSE

www.fahrenheit.com

BOOKS

Payà Rico, A., Hernández Huerta, J. L., Cagnolati, A., González Gómez, S., & Valero Gómez, S. (Eds.). (2018). *Globalizing the student rebellion in the long '68*.

García Carrasco, J., & Canal Bedia, R. (2018). *Así somos los humanos: plásticos, vulnerables y resilientes*.

Sgreccia, N. (coord.). (2018). *Procesos de acompañamiento en la formación inicial y continua de profesores en matemática*.

Kaufmann, C. (Ed.). (2018). *Estudios sobre historia y política de la educación argentina reciente (1960-2000)*.

Kaufmann, C. (Dir.). (2018). *Dictadura y Educación. Tomo 3: Los textos escolares en la historia argentina reciente*.

Kaufmann, C. (Dir.). (2018). *Dictadura y Educación. Tomo 2: Depuraciones y vigilancia en las universidades nacionales argentinas*.

Marim, V., & Manso, J. (2018). *A formação inicial do professor de educação básica no Brasil e na Espanha*.

Kaufmann, C. (Dir.). (2017). *Dictadura y Educación. Tomo 1: Universidad y Grupos Académicos Argentinos (1976-1983)*.

Herrán Gascón, A. de la. (2017). *Reflexiones pedagógicas desde el enfoque radical e inclusivo de la formación*.

Martín-Sánchez, M., & Groves, T. (Eds.). (2016). *La formación del profesorado. Nuevos enfoques desde la teoría y la historia de la educación*.

Cassano, F. V. (2016). *Penser la laïcité dans la société multiculturelle. Analyse historique du contexte français et réflexions pédagogiques*.

González Gómez, S., Pérez Miranda, I., & Gómez Sánchez, A. M. (Eds.). (2016). *Mors certa, hora incerta. Tradiciones, representaciones y educación ante la muerte*.

Herrán Gascón, A. de la. (2015). *Pedagogía radical e inclusiva y educación para la muerte*.

Cagnolati, A. (Ed.). (2015). *The borders of Fantasia*.

Hernández Huerta, J. L., Cagnolati, A., & Diestro Fernández, A. (Eds.). (2015). *Connecting History of Education. Scientific Journals as International Tools for a Global World*.

Cagnolati, A., & Hernández Huerta, J. L. (Eds.). (2015). *La Pedagogía ante la Muerte: reflexiones e interpretaciones en perspectivas histórica y filosófica. Simposio de Historia de la Educación. Actas*.

Hernández Díaz, J. M. (Coord.). (2014). *Influencias italianas en la educación española e iberoamericana*.

Hernández Díaz, J. M. (Coord.); Hernández Huerta, J. L. (Ed.). (2014). *Historia y Presente de la Educación Ambiental. Ensayos con perfil iberoamericano*.

Hernández Huerta, J. L. (Coord.). (2014). *En torno a la Educación Social. Estudios, reflexiones y experiencias*.

Hernández Huerta, J. L., Quintano Nieto, J., & Ortega Gaité, S. (Eds.). (2014). *Utopía y Educación. Ensayos y Estudios*.

JOURNALS

Foro de Educación (www.forodeeducacion.com)

Espacio, Tiempo y Educación (www.espaciotiempoyeducacion.com)

El Futuro del Pasado (www.elfuturodelpasado.com)

Conocer la práctica o prácticas educativas en el pasado, desarrolladas tanto dentro de la institución escolar como fuera de ella, requiere de la existencia, conservación y uso de nuevas fuentes que sean registros tangibles de esta práctica, como pueden ser los espacios y elementos materiales utilizados (espacios, mobiliario, objetos, instrumentos o materiales didácticos, libros escolares, etc.), o que informen directamente de esta práctica (memorias profesionales de los docentes, exámenes, informes o memorias de actividades, memorias de prácticas, memorias de oposición, testimonios personales, cuadernos escolares o apuntes de clase, trabajos de alumnos, fotografías y/o álbumes, anuarios o revistas escolares, etc.). Estos vestigios de la práctica educativa, cuya conservación se ha visto afectada por contingencias múltiples, son también indicios que interpretados nos pueden permitir reconstruir las realidades vividas y reconstruidas en la memoria individual y colectiva que nos acerquen a los imaginarios sobre la educación que comparten las distintas generaciones.

Hasta ahora nuestro conocimiento se ha basado fundamentalmente en fuentes administrativas, políticas o que presentaban los discursos teóricos sobre cómo debía ser esta práctica. En muchos casos estas fuentes han primado las discontinuidades al sobrevalorar los cambios políticos y considerar que las transformaciones de las prácticas educativas se derivan necesariamente de la modificación de las circunstancias políticas o de los enfoques pedagógicos. Creemos que incorporando al estudio histórico de la práctica educativa estas nuevas fuentes podremos alcanzar un conocimiento mucho más profundo y matizado de esta práctica, y entender sus tiempos, sus dinámicas y sus lógicas, que no siempre son las mismas que se deducen de las fuentes administrativas y/o políticas, o de los discursos teóricos sobre cómo debía ser esta práctica. También creemos que demostrar el valor historiográfico de las mismas puede ayudar a concienciar sobre la importancia de su preservación, y sobre la necesidad de contar con espacios museísticos y archivísticos en los que se valore y conserve este tipo de testimonios del pasado educativo como bienes patrimoniales de nuestra sociedad.

El estudio y la conservación de los testimonios de la práctica educativa, tanto en calidad de bienes patrimoniales como de fuentes para la investigación histórica, deben estar en constante interrelación. Por este motivo, el objetivo de este volumen es contribuir al diálogo entre la investigación histórico-educativa y la conservación y difusión de su patrimonio, para alcanzar un mayor conocimiento sobre la práctica educativa en el pasado, sobre la necesidad de preservar sus testimonios, y sobre el valor de los mismos como bienes patrimoniales.

